

Prospar Participações S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Prospar Participações S.A

**Demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro
de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

Prospar Participações S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Balanco Patrimonial – 12/20, 12/19 e 12/18

(Em milhares de Reais)

Ativo	2.020	2.019	2.018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	35	9	3
Contas a receber de clientes	0	6	0
Outros créditos	304	288	290
Total do ativo circulante	<u>339</u>	<u>302</u>	<u>293</u>
Não circulante			
Propriedades para investimento	9.577	9.577	9.577
Total do ativo não circulante	<u>9.577</u>	<u>9.577</u>	<u>9.577</u>
 Total do ativo	 <u><u>9.916</u></u>	 <u><u>9.879</u></u>	 <u><u>9.870</u></u>

Passivo e patrimônio líquido	2.020	2.019	2.018
Circulante			
Imposto de renda e contribuição social	31	25	24
Obrigações fiscais e sociais	4	3	3
Dividendos a pagar	1.897	1.541	1.580
Total do passivo circulante	<u>1.931</u>	<u>1.569</u>	<u>1.607</u>
Não circulante			
Credores por Adiantamentos	7.700	8.080	8.080
Total do passivo não circulante	<u>7.700</u>	<u>8.080</u>	<u>8.080</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	100	100	100
Retenção de lucros	<u>185</u>	<u>130</u>	<u>83</u>
Total do patrimônio líquido	<u>285</u>	<u>230</u>	<u>183</u>
 Total do passivo e patrimônio líquido	 <u><u>9.916</u></u>	 <u><u>9.879</u></u>	 <u><u>9.870</u></u>

Prospar Participações S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Demonstração dos Resultados – 12/20, 12/19 e 12/18

(Em milhares de Reais)

	2020	2.019	2.018
Receita Bruta			
Receita de Locações	1.265	1.076	1.048
Receita de Locações	0	0	0
Deduções das receitas	-46	-39	-38
(-)COFINS	-38	-32	-31
(-)PIS	-8	-7	-7
Receita Líquida	1.218	1.037	1.010
Lucro Bruto	1.218	1.037	1.010
SG&A	-3	-9	-33
Despesas Operacionais	-1	-8	-31
Recuperação de Despesas	-2	-1	-2
Resultado Financeiro	-2	-1	-1
Variações Monetárias	0	0	0
Juros e Multas	0	0	0
Tarifas bancárias	-2	-1	-1
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.214	1.027	976
Provisão para o IRPJ e CSLL	-114	-93	-90
Lucro após o IRPJ e CSLL	1.100	933	886

Prospar Participações S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 12/20, 12/19 e 12/18

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Reserva Legal	(Prejuízos) acumulados	patrimônio líquido
	A	Realizar			
Saldos em 01 de janeiro de 2018	<u>100</u>	<u>776</u>			<u>876</u>
Lucro líquido do exercício				886	886
Transferência para dividendos a pagar					-
Reserva Legal			-		-
Do ano de 2018			44	(44)	-
Ajuste exercício 2017			39	(39)	-
Dividendos do ano de 2018				(803)	(803)
Transferência para dividendos a pagar		(776)			(776)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>83</u>	<u>-</u>	<u>183</u>
Lucro líquido do exercício				933	933
Reserva legal			47	(47)	-
Dividendos				(887)	(887)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>130</u>	<u>-</u>	<u>230</u>
Lucro líquido do exercício				1.100	1.100
Reserva legal			55	(55)	-
Dividendos				(1.045)	(1.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>185</u>	<u>-</u>	<u>285</u>

Prospar Participações S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto - 12/20, 12/19 e 12/18

(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	1.100	933	924
<i>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:</i>			
Ajuste da reserva legal do ano de 2017			(38)
Imposto de renda e contribuição social corrente	113	94	90
	<u>1.213</u>	<u>1.028</u>	<u>976</u>
Variações em:			
Contas a receber de clientes	6	(6)	
Outros créditos	(17)	3	(208)
Obrigações fiscais e sociais	1	(0)	1
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>1.202</u>	<u>1.024</u>	<u>769</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(107)	(92)	(87)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.095</u>	<u>932</u>	<u>682</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Propriedade para investimentos			200
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>200</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	(380)	-	(1.010)
Dividendos pagos	(689)	(926)	
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(1.069)</u>	<u>(926)</u>	<u>(1.010)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>26</u>	<u>6</u>	<u>(128)</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	9	3	131
Saldo no final do exercício	<u>35</u>	<u>9</u>	<u>3</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>26</u>	<u>6</u>	<u>(128)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Dupar Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 08 de abril de 2016 e tem por objetivo:

- A exploração da indústria da construção civil em todas as suas modalidades, empreitadas de obras, reformas, manutenção, incorporação de edifícios e construções em geral, compra, venda, intermediação e locação de imóveis, loteamento de glebas de terra;
- A administração de bens próprios e/ou de terceiros, sua locação e arrendamento;
- A representação comercial por conta própria e o comércio atacadista de máquinas e equipamentos, ferramentas e insumos, empregados na indústria da construção civil, importados diretamente ou adquiridos no mercado interno;
- A locação de máquinas, equipamentos e ferramentas, empregados na indústria da construção civil, assistência técnica no ramo de engenharia civil, a gestão administrativa de obra, prestando serviços de contabilidade, financeiro e cobrança;
- A participação em outras empresas, na qualidade de quotista, acionista, consorciada, condômina, dentre outras, podendo ou não exercer o seu controle societário, tendo as empresas investidas objeto social correlato ao desta sociedade, ou não;
- A administração de carteira de ações próprias e de terceiros;
- A prestação de serviços de assessoria empresarial e elaboração de projetos.

A Companhia tem sede administrativa e foro jurídico no município de Fortaleza, estado do Ceará na Avenida Dom Manuel, 1020 – sala 21 - Centro – Fortaleza Ceará- CEP 60.060-090

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Questões significativas de avaliação são reportadas à Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

a. Propriedades para investimento

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outra receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. *Provisões*

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

d. *Imposto de renda e contribuição social*

(i) *Impostos correntes*

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

e. *Distribuição de lucros*

A proposta de distribuição de lucros efetuada pela Administração da Companhia é registrada como passivo circulante no grupo “Dividendos a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no contrato social da Companhia.

f. *Receita operacional*

(i) *Receita de serviços - aluguel de propriedades para investimentos*

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

g. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros, variações monetárias e variações cambiais. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos

3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

Arrendamentos

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras individuais da Companhia.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Segundo a nova norma, o contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia analisou seus contratos e concluiu que praticam a operação de arrendamento, como arrendatária, porém, optou por não classificar os arrendamentos em ativo e passivo por eles serem considerados de baixo valor, os prazos contratuais serem igual ou inferior a doze meses ou indeterminados. Desta forma, a Companhia e suas controladas não apresentaram impactos em suas demonstrações financeiras quanto a adoção do CPC 06 (R2).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019	2018
Bancos conta movimento	<u>35</u>	<u>9</u>	<u>3</u>
Total	35	9	3

5 Contas a receber de clientes

	2020	2019	2018
Contas a receber de clientes	<u>0</u>	<u>6</u>	<u>0</u>
Total	0	6	0

6 Outros Créditos

	2020	2019	2018
Aluguéis a Receber	104	88	90
Créditos com terceiros	<u>200</u>	<u>200</u>	<u>200</u>
	304	288	290

7 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento incluem uma série de terrenos e imóveis para fins comerciais e/ou residenciais que são arrendados a terceiros. Não houve movimentações nos exercícios de 2020, 2019 e 2018,

8 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir, a apuração do imposto de renda e da contribuição social, registrados no resultado do exercício, compreendendo as alíquotas nominais e efetivas:

	2020		2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Receitas de alugueis	1.265	1.265	1.076	1.076	1.048	1.048
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%	32%	32%
Presunção (b)	405	405	344	344	335	335
Receitas financeiras (c)						
Alienação Prop. Invest. (d)						
Base de cálculo (a+b+c+d)	405	405	344	344	335	335
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Tributos apurados	61	36	52	31	50	30
Adicional (10%)	16		10		10	
Total	77	36	62	31	60	30
Alíquota Efetiva	19,07%	9,00%	18,03%	9,00%	17,84%	9,00%

9 Adiantamentos para aumento do capital social

	2020	2019	2018
Francisco Deusmar de Queirós	<u>7.700</u>	<u>8.080</u>	<u>8.080</u>
	7.700	8.080	8.080

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em dezembro de 2020, 2019 e 2018 é de R\$ 1.000, havendo um capital a integralizar de R\$ 900 nos três exercícios. Este capital é representado por um total de 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias sem valor nominal.

b. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, conforme o quadro abaixo:

	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.100	933	886
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,00	0,00	0,00

c. Distribuição de lucros

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei.

Prospar Participações S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	2020	2019	2018
Lucro líquido	1.100	933	886
(-) Reserva legal	-55	-47	-44
(-) Reserva de lucros a realizar		-	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	1.045	887	842
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%	25%
Dividendo anual - mínimo obrigatório	261	222	211
Dividendo anual - excedente ao mínimo obrigatório	784	665	632
Dividendo total distribuído	1.045	887	842

* * *

Francisco Deusmar de Queirós
Presidente

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
Contador